



Alta na conta de luz exige atenção; organize o controle de consumo

Guedes acena com redução para IR das empresas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o governo pode propor a redução de até 10 pontos percentuais do imposto de renda cobrado de pessoas jurídicas, sociedades, igrejas e ONGs. Depende do encaminhamento da reforma já enviada ao Congresso com fim de “concessões bilionárias” atuais. **Página 7**

Como proceder em falecimento de empregados

O falecimento do empregado enseja a rescisão do contrato individual de trabalho, extinguindo-o automaticamente. Envolve adoção de medidas legais mas você pode contar com orientações do Departamento Jurídico. **Pág. 4**

Secretário prevê fim de incentivo a emprego e renda

Pág. 8



Otimismo e prevenção em Marília

Vacinação avança e atinge metade da população. Serviços públicos momentos de redução na sobrecarga, O enfrentamento à epidemia de Covid justifica uma dose de otimismo mas reforça orientações gerais de prevenção. **Página 8**



Veja prazos e orientações sobre nova Zona Azul Digital de Marília

O sistema de Zona Azul Digital de Marília inicia em julho fase de treinamento e testes com orientações ao público. A visibilidade do serviço deve aumentar a partir do dia 15. As ruas a serem atingidas pelo sistema já foram sinalizadas. **Página 5**

O aumento no valor da bandeira vermelha, cobrada de forma adicional na conta de luz, deve provocar impacto no custo de diversas empresas do comércio e refletir no custo final aos consumidores, segundo estudo da CNC (Confederação Nacional do Comércio). **Pág.**

Entre os fatos e focos no país desafios crescem

— Opinião pag. 2

Use nosso suporte para compensar créditos do ICMS

Associados ao Sincórcio Marília têm a possibilidade de compensar os créditos tributários *pagos indevidamente* à título da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS **desde o ano de 2011**. E o departamento jurídico oferece todo suporte e explica aspectos práticos para a medida. Veja como e conte com a gente. **Pág. 6**

Serasa aponta 62 milhões de endividados

Página 6

Curtas

Dólar

Após uma boa sinalização com dólar abaixo de R\$ 5 por dez dias, as tensões políticas e as repercussões em torno da proposta a segunda fase de reforma tributária influenciaram negociações e retomada de alta. É o custo da instabilidade política no país.

Confiança

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 4,3 pontos em junho, para 98,8 pontos, o maior nível desde dezembro de 2013. Após a terceira alta consecutiva, a média do segundo trimestre de 2021 superou a do trimestre anterior em 7,2 pontos. O dado foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Lucro do FGTS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) teve lucro de R\$ 8,467 bilhões em 2020. Representa queda de 25,2% em relação ao lucro de 2019, que tinha somado R\$ 11,324 bilhões. A queda deve-se à pandemia de Covid, com aumento do desemprego e uma rodada de saque emergencial de até um salário mínimo por conta.

Fala, presidente

Entre fatos, fofocas e uso eleitoral da pandemia e retração da economia, o comércio, seus empresários e colaboradores atravessam um momento que une esperança, boas perspectivas mas muitos desafios que poderiam ser reduzidos.

Os sinais de retomada da atividade econômica no país são sempre importantes e manter o otimismo em meio a tantas dificuldades é uma obrigação e uma tradição do setor. Mas não vamos nos iludir: recuperação é um porto distante e a fase é turbulenta.

Em meio a este cenário a politização da epidemia joga muitas cortinas de fumaça. Ora com anúncios de avanços no controle, ora com manutenção de restrições sem suporte econômico, o que temos cada vez mais é a dificuldade em informações claras e honestas e reforço de históricos obstáculos ao planejamento.

O comércio teve perdas irreparáveis em todos os sentidos. Perdemos pessoas queridas para a doença, perdemos empresas tradicionais, perdemos em-



pregos e renda e ainda teremos meses de desafios para contabilizar tudo isso e programar o futuro.

Neste sentido a antecipação da disputa eleitoral de 2022 só traz prejuízos. Hipocrisia e oportunismo crescem e ofuscam debates mais sérios que deveriam ocupar nosso tempo e instituições.

Aumento na geração de empregos que não reflete no setor em meio ao crescimento do número de endividados; falta de programas de incentivo que não envolvem novos empréstimos e dívidas, propostas de negociação de débitos carregadas de pegadinhas são temas diários para as empresas.

As contas não param de chegar e de subir, como a energia, os pedágios e a pressão fiscal.

Expediente

SINCOMÉRCIO MARÍLIA

Av. Carlos Gomes, 427 –
Centro – Marília/SP

Tel. (14) 3402-4444

www.sincomerciomarilia.com.br

Presidente:

- Pedro Pavão

Vice-Presidente:

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

1.º Secretário:

- Celso Olivier de Souza

2.º Secretário:

- Luiz Tallero Garcia

1.º Tesoureiro:

- Paulo Querino da Paixão

2.º Tesoureiro:

- Vanderlei Souza Azevedo

Suplente:

- Flávio Felice Di Fiore
- Jorge Luiz Claviço
- Flávio Felice Di Fiore Jr
- Webber Jo Ibara
- Wilson Mattar
- Jefferson Sanches Gravena

Conselho Fiscal:

- Flávio Felice Di Fiore
- Jorge Luiz Claviço
- Webber Jo Ibara

Conselho Fiscal Suplente:

- Wilson Mattar
- Celso Olivier de Souza
- Jefferson Sanches Gravena

Delegado:

- Pedro Pavão
- Eduardo Kiyoshi Kawakami

Delegado Suplente:

- Paulo Querino da Paixão
- Vanderlei Souza Azevedo

Produção

Giro Marília com FecomércioSP e Agência Brasil
Jornalista responsável
- Rogério Martinez
Contatos
(14) 99895-9292

OLHO NA CONTA**Alta na conta de luz exige atenção de empresas**

O aumento no valor da bandeira vermelha, cobrada de forma adicional na conta de luz, deve provocar impacto no custo de diversas empresas do comércio e refletir no custo final aos consumidores, segundo estudo da CNC (Confederação Nacional do Comércio).

A diretoria do Sincomércio Marília alerta empresas para que adotem medidas de contenção de consumo e orientem as equipes para controle, especialmente nos casos em que a atuação envolvem grande estrutura de equipamentos, eletrônicos e sistemas de iluminação.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elé-



trica) autorizou um reajuste de 52% sobre a bandeira vermelha fase II.

Para a CNC, o reajuste é significativo

e poderá prejudicar retomada e até vendas em caso de repasse dos valores aos preços.

Veja dicas de economia na sua empresa

- Troque aparelhos antigos com maior consumo

- Controle o sistema standby, que mantém aparelhos ligados durante toda a noite

- O ar condicionado é um vilão no consumo

- lâmpadas led consomem menos e oferecem maior durabilidade

- verifique as condições das instalações elétricas

- aproveite ao máximo a iluminação natural

- reduza luzes e equipamentos ligados com a empresa fechada.

- Conscientize equipe sobre controle do consumo.

Governo projeta concluir concessão de aeroporto

O Governo de SP projeta fazer no dia 15 deste mês a sessão de leilão para concessão dos 22 aeroportos regionais, que inclui o de Marília.

Caso não ocorram entraves jurídicos ou de proponentes, o aeroporto da cidade deve integrar bloco de Ribeirão Preto e receber em torno de R\$ 20 milhões de investimentos que incluem obras nas pistas e em um novo terminal.

A concessão prevê contrato de 30 anos para exploração dos serviços, melhorias de sinalização e sistemas de segurança e permitir maior nível de utilização e operações.

Fase de transição do Plano SP segue até dia 15 de julho

A fase de transição do Plano São Paulo foi prorrogada até o dia 15 de julho. Significa que os estabelecimentos já autorizados a funcionar poderão permanecer abertos com atendimento presencial das 6h às 21h, com lotação máxima de 40%.

Continua válida a recomendação do escalonamento do horário de entrada e saída de atividades do comércio, dos serviços e das indústrias.

Prefeituras podem ampliar restrições, o que já ocorreu em Garça, por exemplo. A Prefeitura de Marília segue as normas definidas pelo governo do Estado

ORIENTAÇÃO JURÍDICA**Como proceder em falecimento de empregado**

O falecimento do empregado enseja a rescisão do contrato individual de trabalho, extinguindo-o automaticamente. Essa hipótese de rescisão do contrato de trabalho equipara-se à rescisão por pedido de demissão do empregado, sendo, portanto, devido o pagamento das seguintes verbas rescisórias pela empresa:

-Falecimento de empregado com menos de 1 ano da contratação

- Saldo de salário;
- 13º salário proporcional;
- Férias proporcionais e seu respectivo adicional de 1/3 constitucional;
- [Salário-família](#);
- FGTS do mês anterior (depósito);
- FGTS da rescisão (depósito);

-Falecimento de empregado com mais de 1 ano da contratação

- Saldo de salário;
- [13º salário](#);
- Férias vencidas;
- Férias proporcionais;
- 1/3 constitucional sobre [férias](#) vencidas e proporcionais;
- Salário-família;
- FGTS do mês anterior (depósito);
- FGTS da rescisão

(depósito);

Lado outro, além das verbas acima descritas, a Convenção Coletiva em vigor prevê ainda que em havendo o falecimento de empregado de empresa do comércio, será devido o auxílio funeral que será no valor equivalente a 1 (um) piso salarial da função, para que sejam custeadas as despesas com funeral pela família do obreiro falecido.

Todavia, neste ponto, estarão dispensadas de realizar o pagamento do auxílio funeral as empresas que tenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas.

Não obstante, é comum que no momento de realização do pagamento, muitos empregadores fiquem em dúvida acerca de quem deve receber os valores rescisórios do empregado falecido.

Neste ponto, a lei 6.858/80 prevê que quem deve receber os valores devidos ao empregado que faleceu são seus dependentes habilitados perante a Previdência Social ou



aos sucessores previstos na lei civil, devidamente indicados em alvará judicial, devendo ocorrer o pagamento no prazo de 10 dias.

No entanto, é comum que certidões de dependentes e alvarás judiciais, levem mais tempo do que apenas 10 dias, ficando o empregador sob o risco de pagamento da multa prevista no artigo 477, §8º da CLT.

Sendo assim, em caso de dúvida em relação aos dependentes ou se estes forem desconhecidos pelo empregador, poderá ser extinto o risco de aplicação da multa prevista no art. 477, § 8º da CLT, com a realização da consignação judicial do valor líquido das verbas rescisórias até o prazo máximo previsto na legislação para pagamento.

Ainda cumpre salientar que havendo mais de um dependente habilitado para rece-

bimento das verbas rescisórias, o pagamento deverá ser feito nos moldes adotados pela Previdência Social para a concessão de pensão por morte, devendo ser realizado em quotas proporcionais.

Com relação aos dependentes menores, calha tracejar, que suas respectivas quotas ficarão depositadas em caderneta de poupança e, salvo autorização judicial, somente poderão ser disponibilizadas após o menor completar 18 anos.

O Sindicato do Comércio Varejista de Marília disponibiliza aos seus associados todo o suporte na consignação judicial destes valores, bem como efetua o saneamento de eventuais dúvidas a este respeito.

Basta efetuar contato prévio pelo telefone (14) 3402-4444.

AMANDA MENDES SOARES. Advogada no Marinho Advogados Associados, escritório responsável pela assessoria jurídica do SINCOMÉRCIO, atuante na área de Direito Previdenciário e Direito Trabalhista Sindical. Contato: amandasoares@marinho.adv.br

MOBILIDADE E ACESSO

Veja funcionamento da zona azul digital na cidade

O sistema de Zona Azul Digital de Marília inicia em julho fase de treinamento e testes com orientações ao público.

As ruas a serem atingidas pelo sistema já foram sinalizadas. O programa e o aplicativo de uso do sistema digital já estão prontos.

A partir do dia 15 de agosto o serviço entra em operação completa, mas sem a emissão de multas.

Serão explorados 3.000 pontos de estacionamento no centro comercial, na região da praça São Bento e na avenida das Esmeraldas.

A tarifa vai ser de



R\$ 2,00 por uma hora e de R\$ 4,00 por duas horas de uso das vagas, com sistema eletrônico e dos agentes na fiscalização.

Confira abaixo as principais informações do sistema:

1 - Como será aquisição de créditos

- aplicativo Rizzo Park a ser baixado pelos telefones celulares

- sistema de débito com carga de valores e uso com desconto no saldo

- aquisição com agentes e pontos de venda

2— Como será a fiscalização

- controle digital

- controle por veículos com câmeras

- rondas de agentes da

empresa e Emdurb

3— Multas

- a partir de 15 de setembro

- as multas serão emitidas pela Emdurb

4—Motos pagam?

- motos e vagas reservadas não pagam, mas não podem exceder o período de duas horas de uso.

- motos não podem ocupar vagas de carros

5— Haverá custo para a cidade?

- Não. A Emdurb recebe valor de outorga e ainda arrecada 10% dos pagamentos de usuários

Arrecadação de alimentos já transfere 300kg em Marília

A campanha de arrecadação de alimentos do programa Mesa Brasil, desenvolvido pelo Sesc São Paulo com apoio do Sincomércio em Marília, arrecadou até o início de julho 300kg de alimentos e já encaminhou doações ao Fundo Social da cidade.

As doações podem ser feitas na sede da entidade, na rua Carlos Gomes, 427. Doações em maior volume podem ser informadas pelo telefone (14) 3402-4444.

O projeto Mesa Brasil é mantido pelo Sesc há 26 anos.

Pedágios ficam mais caros e devem impactar custos

A Artesp promoveu reajuste de tarifas de pedágio em diversas praças e concessões.

Os reajustes passaram a valer a partir de 1 de julho para a maioria das concessões e a partir de 6 de julho para as praças da Entrevias, que inclui dois pontos de cobrança na área territorial de Marília.

A praça de Marília, no KM 315, passará a cobrar R\$ 8,60 na cabine Manual e R\$ 8,17 para cobrança automática eletrônica. No KM 354 da rodovia, as novas tarifas serão de R\$ 6,3 na cabine manual e de R\$ 5,98 na cobrança automática.

ICMS NA BASE DO PIS E COFINS**Aspectos práticos para compensar créditos**

Por meio de duas ações judiciais, o Sindicato do Comércio Varejista de Marília, assegurou grande conquista aos seus associados: a possibilidade de compensar os créditos tributários *pagos indevidamente* à título da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS **desde o ano de 2011.**

Interessante lembrar que, além de poder apurar e compensar os créditos que foram pagos indevidamente desde o ano de 2011, o STF, em recente decisão, pacificou entendimento no sentido que o ICMS **a ser compensado corresponde àquele destacado nas notas fiscais de saída – o que representa um grande ganho para as empresas.** O crédito oriundo dessa decisão poderá ser compensado **com qualquer Tributo Federal e**



possui atualização pela **Selic.**

Quanto aos procedimentos práticos, é preciso antes de mais nada que os gestores da empresa separem alguns documentos como os Livros de entrada e saída de ICMS, GIAS, SPED, DCTFS, documentos constitutivos da empresa, como contrato social consolidado e alterações.

No caso de aproveitamento da ação mandamental proposta pelo SINCOMÉRCIO, o contribuinte precisa

comprovar filiação à época da propositura da ação.

Com os documentos acima, será possível fazer a apuração do cálculo, de maneira que com o levantamento exato dos valores, as empresas **terão de retificar todos os arquivos da EFD-Contribuições.**

Após, o contribuinte **deverá realizar a habilitação do crédito perante a Receita Federal** e aguardar o deferimento da Receita Federal, que se dará no prazo de 60 dias.

Com o deferimento da habilitação, **poderá realizar as compensações através do PERD/COMP.**

Os empresários filiados que têm interesse de se beneficiar desta decisão, **poderão contar com o apoio e a orientação do Sindicato do Comércio Varejista de Marília,** o qual disponibilizará todo o suporte nos procedimentos administrativos para habilitação dos créditos junto à Receita Federal do Brasil.

Para isso, basta o comparecimento do representante legal da empresa ou de seu contador na Avenida Carlos Gomes, nº 427, Centro, Marília/SP, com agendamento prévio pelo telefone (14) 3402-4444. Toda a equipe estará inteiramente à disposição.

Mapa mostra 62 milhões de endividados no país

Cerca de 62,56 milhões de brasileiros estavam endividados no mês de maio, mostra o Mapa da Inadimplência no Brasil, divulgado pela Serasa.

O número é 0,7% menor do que o verifi-

cado em abril, quando o indicador estava em 62,98 milhões.

O valor médio da dívida por pessoa, no entanto, é o maior dos últimos 12 meses, e está em R\$ 3.937,38, alta de 1,3% em rela-

ção ao mês anterior. O valor médio de cada conta em atraso é de R\$ 1.162,43.

O maior volume de dívidas está na categoria bancos/cartão, representando 29,7%. Em seguida, estão as

contas com luz, água e gás, com 22,3%. Compras no varejo representam 13% das dívidas dos brasileiros.

Em números absolutos, São Paulo lidera o número de negativados, com 15 milhões.

REFORMAS**Guedes acena com redução do IR de empresas*****PIX deve oferecer nova função e serviço offline***

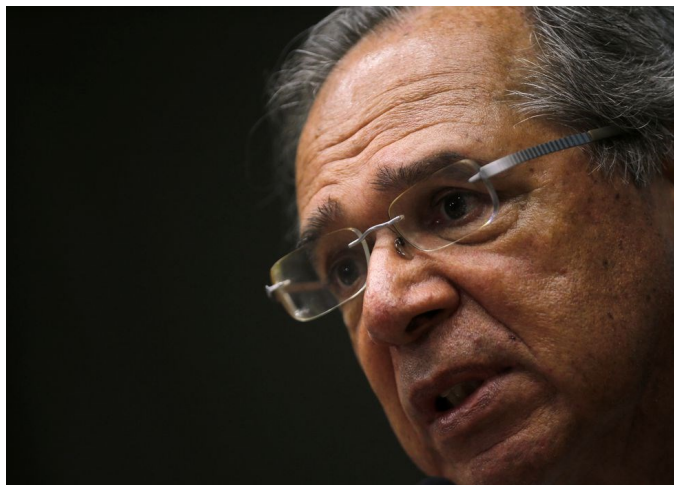
O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, confirmou que está em desenvolvimento uma funcionalidade *off-line* para que as transações via Pix possam ser feitas mesmo em locais que estejam sem conexão com a internet.

Segundo o presidente do BC, há três alternativas em estudo, sendo que a considerada mais segura até o momento é a utilização de um cartão por aproximação que poderá ser carregado pelo usuário.

"Vai funcionar como um cartão de ônibus, com tecnologia supersegura", afirmou,.

"Você vai poder usar o cartão no mundo *offline* e, quando voltar para o mundo online vai poder transferir seu saldo de volta", explicou Campos Neto.

Ele destacou o alcance do Pix e apresentou dados que mostram que a nova forma de transferir dinheiro já é utilizada em 60% das transferências no Brasil.

**CNI projeta crescimento de 4,9% no PIB de 2021**

A economia brasileira deve registrar crescimento de 4,9% neste ano, em comparação com 2020.

A previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, é da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em março, a CNI projetava uma expansão menor, de 3%. Segundo a confederação, essa revisão aconteceu porque os impactos da segunda onda da pandemia sobre a atividade produtiva foram menores do que o esperado.

"O maior otimismo, compartilhado

pelos empresários industriais, decorre da queda na atividade menor que a esperada em resposta às novas medidas de isolamento social", diz a CNI no Informe Conjuntural do segundo trimestre de 2021.

A CNI acrescenta que além de as medidas de isolamentos sociais terem sido menos rigorosas que as adotadas em 2020, as empresas estavam "mais preparadas para atuar em um ambiente de restrições à aglomeração de pessoas".

Para o PIB industrial, a confederação projeta crescimento de 6,9%, neste ano. A projeção anterior era 4,3%. Inflação.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o governo pode propor a redução de até 10 pontos percentuais do imposto de renda cobrado de pessoas jurídicas (empresas, fundações, sociedades, igrejas, organizações não governamentais e partidos políticos) caso consiga aprovar, no Congresso Nacional, o fim da concessão de isenções "bilionárias para poucas empresas".

De acordo com o ministro, a equipe econômica está refazendo os cálculos que embasaram a proposta da reforma tributária.

No texto já apresentado, o governo propõe reduzir o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) dos atuais 15% para 10% de forma escalonada.

Pela proposta original, a mudança na alíquota ocorreria em duas etapas, a alíquota diminuiria para 12,5% ainda este ano e para 10% apenas em 2023, totalizando uma redução de 5 pontos percentuais.

"Já estamos reavaliando para uma redução imediata de cinco pontos percentuais."

OTIMISMO E PREVENÇÃO**Vacina avança, transmissão reduz, cuidado segue**

O enfrentamento à epidemia de Covid-19 em Marília começa a mostrar bons sinais que justificam uma dose importante de otimismo ao mesmo tempo em que reforça orientações gerais de prevenção.

A cidade atingiu a marca de 50% da população vacinada com a primeira dose. As faixas de imunizados avançam com a circulação de quatro linhas de vacina.

A vacinação aumenta proteção contra o vírus e mesmo quando não evita a contaminação permite casos mais leves. Além disso, controla surgimento de novas variantes do vírus.

Acompanhando este avanço a cidade teve boas notícias com momentos de redução na sobrecarga dos serviços de pronto atendimento.

Tudo isso acontece com empresas abertas e a previsão de maior controle em festas clandestinas.

Defendemos a fiscalização destes eventos. E reforço nas medidas de prevenção, máscara, higienização e sem aglomerações.

**Secretário projeta fim de incentivo a emprego e renda**

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEm) não deve ser prorrogado, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

O programa, que está na sua segunda versão, lançada em abril deste ano, é uma das medidas de enfrentamento à crise gerada pela pandemia de covid-19.

“Eu não vejo, o governo não vê, necessidade de prorrogação”, disse, o secretário.

“Se necessário, levaremos esta necessidade ao ministro [Paulo

Guedes] e também ao presidente da República [Jair Bolsonaro], mas tudo indica que, com o casamento entre uma política muito bem-sucedida de vacinação e a retomada [econômica] que estamos vendo e as novas políticas que virão no pós-pandemia, temos tudo para dizer que o BEm não será prorrogado, não nestes moldes”, acrescentou Bianco.

Segundo ele, o total de pedidos do auxílio financeiro pago aos trabalhadores da iniciativa privada com vínculo formal que acordam redução proporcional entre jornada de trabalho e salários, ou a suspensão temporária do contrato empregatício, vem diminuindo.

Regras protegem consumidores de endividamento

Novas regras para prevenir o superendividamento dos consumidores foram sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

O texto, resultado de um projeto de lei aprovado por deputados e senadores, recebeu alguns vetos.

A norma altera o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso. O texto dá mais transparência aos contratos de empréstimos e tenta impedir condutas consideradas abusivas.

A lei estabelece que qualquer compromisso financeiro assumido dentro das relações de consumo pode levar uma pessoa ao superendividamento.

Nesse rol estão, por exemplo, operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada. Dívidas contraídas por fraude, má-fé, celebradas propositalmente com a intenção de não pagamento